**Requerimento**

Notícias vindas a público recentemente dão conta de um parecer positivo emitido pela Secretaria Regional de Ambiente e Mar em relação a um projeto de prospeção mineralógica de várias áreas dos fundos marinhos dos Açores, nomeadamente em torno de fontes hidrotermais, por parte da empresa multinacional Nautilus Minerals.

Não desprezando o potencial económico que representam, os recursos marinhos dos Açores, quer biológicos, quer geológicos são o bem mais valioso para o futuro do nosso arquipélago e, como tal, devem ser alvo de uma proteção especialmente cuidadosa. Igualmente as políticas públicas devem ser permanentemente guiadas por um princípio de precaução, de forma a não pôr em causa um património irrepetível e irrecuperável.

As fontes hidrotermais são ecossistemas especialmente vulneráveis e apresentam uma riquíssima e ainda pouco estudada biodiversidade, sendo por isso especialmente difícil medir o real impacto das atividades humanas. Neste contexto, as atividades de prospeção e mineração submarinas apresentam riscos ambientais especialmente elevados.

Importa também garantir, desde já, que a exploração dos recursos açorianos traga contrapartidas diretas para os Açores quer no plano financeiro, quer no acesso ao conhecimento científico produzido durante a prospeção.

Tendo em conta estas preocupações e a importância dos valores ambientais em causa é essencial que todo o processo possa ser alvo do conhecimento e escrutínio públicos.

Assim, a Representação Parlamentar do PCP Açores solicita ao Governo Regional o seguinte:

- Cópia do projeto de prospeção, discriminando, nomeadamente, as áreas a serem prospectadas e a quais áreas se pretende, eventualmente, estender a mineração, a



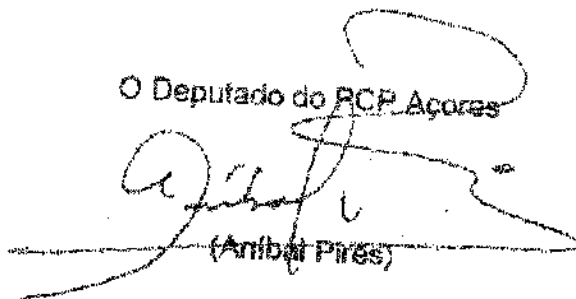
tecnologia empregue e medidas de mitigação ambiental, as quantidades de material a ser processado e as quantidades expeáveis de minério, os valores de investimento e os rendimentos estimados da mineração, outra informação reievante sobre o projeto;

- Cópia do parecer da Secretaria Regional do Ambiente e Mar e respetiva fundamentação técnica e científica;

- Informação circunstanciada sobre o processo de negociação de contrapartidas financeiras e não financeiras para a Região.

Horta, 11 de Julho de 2012

O Deputado do PCP Açores



(Aníbal Pires)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO
Entrada 2751 Proc. Nº 24.000.000
Data 012 JUL 11 Nº 669 IX